

Referência da obra resenhada:

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SPGG/RS, 2018.

A "GENEALOGIA DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL": UMA CONTRIBUIÇÃO INÉDITA PARA COMPREENDER A EVOLUÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO

Antonio Paulo Cargnin

Doutor em Geografia – POSGEA/UFRGS

Geógrafo da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão/RS; Professor Colaborador do POSGEA/UFRGS

E-mail: acargnin@spgg.rs.gov.br

Uma publicação que permita um melhor entendimento sobre a evolução da divisão político-administrativa do Rio Grande do Sul. Esse é o objetivo da **Genealogia dos Municípios do Rio Grande do Sul**, livro publicado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) e lançado em abril de 2018.

Entre as suas atribuições, a SPGG possui, por meio do Departamento de Planejamento Governamental (DEPLAN), a competência de "formular e coordenar a execução das políticas relativas ao planejamento territorial, à geografia e à cartografia do Estado" (RIO GRANDE DO SUL, 2017). Nesse contexto, uma das atividades realizadas é o gerenciamento dos limites municipais, no qual o setor deve emitir pareceres a respeito de situações relacionadas à localização de áreas, dirimição de dúvidas de limites, cálculo das áreas territoriais, dentre outras atribuições. Com isso, atende a demandas provenientes de administrações municipais, do Poder Judiciário, além de pessoas físicas e jurídicas. Para a realização dessas atividades, a SPGG dispõe de um amplo acervo documental e cartográfico, que também foi utilizado para a confecção da publicação.

Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul é a primeira obra da SPGG que trata sobre o tema da divisão político-administrativa. Foi organizada por Fernando Dreissig de Moraes e Laurie Fofonka Cunha, contando com o apoio de uma equipe técnica que diariamente trata dessa temática. Além disso, é importante destacar que a instituição já possui outras publicações no campo da Geografia. Esse é o caso do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, que conta com duas edições impressas (1998 e 2002) e um *site* em permanente atualização¹.

A obra analisada nesta resenha é composta por um livro de 59 páginas que objetiva realizar uma contextualização da genealogia dos municípios gaúchos, apresentando um breve histórico e

¹ Disponível em <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>>. Acesso em 27 abr. 2018.

lançando considerações metodológicas a respeito da construção de uma árvore genealógica, semelhante aos diagramas realizados pelas famílias, mas contendo os municípios do estado do RS. Na seção dos anexos, são apresentados mapas da evolução da divisão político-administrativa e um quadro com data de criação e os formadores das atuais 497 unidades administrativas. Por fim, há um encarte impresso do diagrama da árvore genealógica em grande formato.

O livro é iniciado pelas apresentações feitas pelo Governador do Estado e pelo Secretário de Planejamento, que destacam a importância da publicação para o conhecimento da evolução dos municípios e, consequentemente, da história do Rio Grande do Sul.

O primeiro capítulo chama-se **Breve histórico da divisão político-administrativa do estado do Rio Grande do Sul**. Nele, descreve-se, de maneira simples e resumida, como iniciou o estabelecimento das divisões municipais no Estado e como ocorreu a evolução até os dias atuais. Mesmo que o ponto de partida seja o ano de 1809, com a criação das vilas de Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha (quando o RS ainda era a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul), são expostos os antecedentes desse processo, ou seja, as situações anteriores ao estabelecimento da primeira divisão territorial, como os núcleos dos Sete Povos das Missões e a criação da Vila de Rio Grande de São Pedro.

Ao longo da história, o fator povoamento foi determinante para o desmembramento de municípios. Inicialmente, o processo de ocupação se deu nas áreas de campo, com baixas densidades populacionais, grandes extensões territoriais e baixa taxa de criação de municípios. O panorama foi alterado a partir do início da colonização nas áreas florestais, que geraria unidades com extensões territoriais menores, com maior densidade populacional e alta taxa de criação de municípios. Desde o final da primeira metade do Século XX, ondas emancipacionistas vêm ocorrendo na medida em que o contexto legal torna-se mais favorável para isso. As Constituições do Brasil de 1946 e 1988 facilitaram os procedimentos para a criação de novos municípios, ao passo que a Constituição Federal de 1967 e a Emenda Constitucional nº 15/1996 trouxeram impeditivos.

Nas **Considerações metodológicas**, são expostos basicamente os procedimentos realizados para a construção da árvore genealógica dos municípios do RS. A coleta de informações baseou-se principalmente na publicação *Cronologia dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul*, que foi produto de um convênio entre o estado do Rio Grande do Sul e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): o *Projeto Arquivo Gráfico Municipal*. Aliado a isso, foram feitas consultas ao acervo documental da SPGG e também a outras publicações que tratam do tema da evolução

municipal do Rio Grande do Sul, sobretudo de Felizardo (s/d), Assembleia Legislativa (2001) e IBGE (2011).

Diversos critérios são apresentados para justificar a organização da árvore, que expõe cada município apenas uma vez ao longo do diagrama, realizando sempre a vinculação a um município formador (também chamado de município-mãe). Um quadro acessório chamado *Lista de Códigos de Geração e Municípios por Ordem Alfabética* ajuda a identificar qualquer unidade territorial no diagrama, bem como complementa as informações nos casos de municípios com mais de um formador ou quando algum de seus descendentes recebeu áreas de outros municípios (então aparecendo vinculado a outra unidade). Esses casos são identificados através do símbolo "✚", quando um município possuir mais de um formador (ou seja, mais de um município-mãe), e do símbolo "●", quando há descendentes de um determinado município vinculados a outro (um município-filho ligado a outro de seus formadores) no diagrama. A consulta a essa lista é fundamental para que a informação não fique incompleta.

Posteriormente, o tópico **Como consultar** expõe o procedimento para encontrar qualquer município no diagrama. Observando a Lista de Códigos de Geração e Municípios por Ordem Alfabética, basta encontrar o nome do município desejado, estando o mesmo associado a um código formado por letra e número. A letra se refere à geração, indo de A (1^a geração) até I (9^a geração). O número é uma sequência no sentido do topo à base que representa seu posicionamento no diagrama.

Em seguida, são apresentados os anexos. O Anexo I é composto pelos **Mapas da evolução da divisão político-administrativa do Rio Grande do Sul**. Trata-se de doze mapas que demonstram as transformações da divisão municipal do Estado desde 1809 (com os quatro municípios originários) até a configuração atual. O **Quadro da criação dos atuais 497 municípios do Rio Grande do Sul** está exposto no Anexo II e apresenta informações a respeito da data de criação de cada unidade atualmente existente, sua origem (municípios que o formaram) e eventuais nomenclaturas anteriores (conforme os censos demográficos a partir de 1872).

A **Árvore genealógica dos municípios do Rio Grande do Sul**, no Anexo III, é a grande inovação trazida na publicação. Um extenso diagrama impresso em 70cm x 100cm, contendo todos os municípios atuais, além daqueles que foram extintos ao longo da história. As ligações entre eles ajudam a explicar a ancestralidade e a descendência de qualquer município do Estado. As linhagens se iniciam a partir dos quatro municípios originários de 1809, cada um com uma respectiva cor: Porto Alegre (verde), Rio Grande (laranja), Rio Pardo (azul) e Santo Antônio do Patrulha (vermelho). Os descendentes vão sendo apresentados ao longo de gerações. Porto Alegre e Rio

Pardo possuem nove gerações, enquanto Rio Grande e Santo Antônio do Patrulha apresentam seis. Os símbolos "◆" e "●" são exibidos ao lado do nome no caso de ocorrência das situações anteriormente mencionadas. A *Lista de códigos de geração e municípios por ordem alfabética*, complementar ao conteúdo do diagrama, ocupa o lado direito do impresso. A Ficha Técnica está disposta logo abaixo.

Embora a obra **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul** seja voltada para estudantes, pesquisadores e prefeituras, ela interessa e é destinada a todos os cidadãos. Apresenta uma linguagem simples, cujo intuito é facilitar sua leitura para os diferentes públicos. Ao final da obra, o leitor terá condições de compreender um pouco melhor como evoluiu a divisão municipal do Estado. Além do seu ineditismo, essa é a sua principal contribuição.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Evolução Municipal - Rio Grande do Sul - 1809-1996**. Porto Alegre: CORAG, 2001.

FELIZARDO, J. N. (org). **Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, (s.d.)

148

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Evolução da Divisão Territorial do Brasil: 1872-2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul** - Edição Eletrônica. Porto Alegre: SPGG/RS, 2017 (Atlas). Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. Decreto nº 53.700, de 1º de setembro de 2017. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, 4 set. 2017. p. 1-2.

Recebido em: 14/05/2018
Aceito em: 22/05/2018